NOTAS SOBRE O CONCEITO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E NARRATIVA EM JÖRN RÜSEN E AGNES HELLER

Wilian Junior Bonete
Mestre em História Social - UEL

RESUMO: Consciência histórica é uma expressão que não representa um sentido comum a todos que dela fazem uso e está, muitas vezes, relacionada a realidades distintas e excludentes entre si. Isto porque possui mais do que um conceito, tornando assim difícil sua definição. Todavia, o presente texto procura enfrentar esse desafio e se propõe a refletir sobre os fundamentos do conceito de consciência histórica e narrativa a partir das elaborações teóricas de Jörn Rüsen e Agnes Heller. Esses autores são aqui privilegiados por conceberem a consciência histórica enquanto um fenômeno necessariamente humano, cuja operação mental articula passado, presente e futuro como forma de orientação e compreensão das experiências vividas pelo homem no tempo, no espaço, nas diversas circunstâncias da vida prática cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência histórica; Narrativa; Teoria da História.

ABSTRACT: Historical consciousness is an expression that is not a common sense to all who make use of it and is often related to different realities. This is because it has more than a concept, thus making it hard to define. However, this article seeks to face this challenge and aims to reflect about the concept of historical consciousness and narrative in Jörn Rüsen and Agnes Heller. These authors are privileged for conceiving historical consciousness as a phenomenon necessarily human, as a mental operation which articulates the past, present and future for guidance and understanding of human experience in the time, in space, in the different circumstances of everyday life.

KEYWORDS: Historical consciousness; Narrative; Theory of history.

Introdução

> *A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto á intencionalidade da vida prática (RÜSEN, 2001:78).*
> *A pergunta nunca muda, mas as respostas variam. A resposta à pergunta – "De onde viemos, o que somos e para onde vamos?" – será chamada "consciência histórica" (...) (HELLER, 1993: 15).*

As discussões em torno do conceito de consciência histórica passaram a ter visibilidade a partir dos trabalhos de autores alemães como Hegel (1770-1831), Dilthey (1833-1911) e Gadamer (1900-2002). Este último, por sua vez, entregou em 1958 uma série

de conferências sobre esse tema publicada em formato de livro cinco anos depois com o título "*O problema da consciência histórica"*. No período compreendido entre 1958 e 1963 o conceito de consciência histórica não teve grande importância no restante da Europa, o que provavelmente justifica o atraso na publicação de Gadamer.

Segundo Laville (2002), até as últimas décadas do século XX as discussões sobre consciência histórica continuavam centradas na cultura alemã, especificamente no âmbito da filosofia da história. Tal pressuposto pode ser verificado nas publicações de historiadores franceses e anglo-saxônicos. Com relação às publicações francesas, Laville observa, por exemplo, que nos últimos três volumes de "*Faire de l'historie"*, publicado por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974, em "*La Nouvelle Historie"*, publicada sob a editoração de Le Goff em 1978 e, ainda, no "*Dicionnaire dês sciences historiques*", lançado por André Burguière em 1986, não são encontradas referências à palavra consciência histórica. No que tange à historiografia anglo-saxônica, Laville aponta apenas o livro de John Lukács intitulado "*Consciência Histórica: ou, o Passado Lembrado"*, que mesmo tendo sido publicado em 1968 teria causado pouco impacto já que a sua reedição teria ocorrido apenas nos anos de 1980.

Na década de 1980, período caracterizado por inúmeras transformações geopolíticas em consequência do fim dos regimes comunistas no Leste Europeu e, posteriormente com a reestruturação do continente em torno da União Europeia, pode-se dizer que a consciência histórica entrou na pauta das discussões nos demais países europeus. Nesse momento, novamente a Alemanha, já reunificada, destacou-se devido ao simbolismo revestido junto à queda do muro de Berlim. (JUNG; STAHER, 1998; ALVES, 2006; MURINELLI, 2011).

Entretanto, convém ressaltar que o conceito de consciência histórica não possui o mesmo significado a todos que dele fazem uso, sendo que muitas vezes está relacionado a realidades muito distintas. Para autores como Aron (1984) e o já citado Gadamer (2003), a consciência histórica representa um nível específico de saber que não é característico de toda a humanidade, sendo necessário atingi-la no sentido de tomada de consciência.

Por outro lado, Jörn Rüsen (2001a) define a consciência histórica como sendo um conjunto de operações mentais pelo qual os seres humanos orientam e interpretam sua experiência no tempo e no espaço, nas diversas circunstâncias da vida prática, em sociedade. Agnes Heller (1993), por sua vez, entende que a consciência histórica é um meio que possibilita aos indivíduos buscar respostas às diversas situações e problemas que o tempo e a experiência do cotidiano lhes impõem.

A discussão sobre a presente temática é ampla. Todavia, não existe aqui a pretensão de se elaborar um panorama histórico sobre o conceito de consciência histórica.

Pelo contrário, o que se pretende é abordar o conceito a partir das formulações de Jörn Rüsen e Agnes Heller, autores centrais em nossa pesquisa de pós-graduação[1].

Os trabalhos do historiador alemão Jörn Rüsen têm alcançado determinada repercussão no cenário historiográfico brasileiro, sobretudo pelas suas análises, no âmbito da ciência da História, a respeito das relações entre o conhecimento histórico e a Vida prática dos seres humanos, entre pesquisa e escrita da História.

Já a filósofa Agnes Heller destaca-se no âmbito da historiografia principalmente pelos seus esforços em refletir as relações entre o homem e o cotidiano. A autora propõe através do paradigma da cotidianidade resgatar a subjetividade como categoria fundamental na compreensão do ser humano partindo do pressuposto de que, ao analisar as implicações e a maneira pela qual se organiza a estrutura da vida, o "Eu" desempenha um papel fundamental nas ações humanas no tempo. Agnes Heller também possui uma concepção de consciência histórica que tem sido referenciada em diversos trabalhos brasileiros, sobretudo aqueles desenvolvidos no campo do ensino de História.

Assim, retomamos aqui a epígrafe inicial de Jörn Rüsen e Agnes Heller que convergem em suas análises, pois para ambos a consciência histórica não está restrita a períodos da história, grupos sociais ou indivíduos aptos e privilegiados ao desenvolvimento intelectual histórico. Ao contrário disso, a consciência histórica é uma das condições primordiais do pensamento histórico e nasce a partir das experiências dos seres humanos no tempo e no espaço, em suas circunstâncias de vida.

Jörn Rüsen e Agnes Heller: elaborações acerca do conceito de consciência histórica

As discussões acerca do que é e como se constitui a consciência histórica na visão de Jörn Rüsen e Agnes Heller, remetem diretamente à experiência universal do tempo. Antes de prosseguir, é conveniente discorrer sobre essa questão. Sabe-se que *tempo* é um termo polissêmico e são múltiplas as formas de abordá-lo, por exemplo: o tempo-calendário, arqueológico, genealógico, biológico, psicológico, da consciência, tempo astronômico, tempo subjetivo e do vivido, individual ou coletivo. Dar conta dessa complexidade foge ao escopo desse estudo, porém, uma abordagem sobre a noção de *tempo histórico* é relevante para a compreensão do fenômeno consciência histórica, pois, ele é o tempo coletivo, o tempo das sociedades, de suas mudanças e construções coletivas. (REIS, 2009).

[1] Trata-se de nossa pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade estadual de Londrina. (PPGHS/UEL), entre os anos de 2011 e 2013, sob a orientação da professora doutora Regina Célia Alegro e contou com apoio e financiamento da CAPES.

Segundo Reis (2009: 78), o tempo histórico, enquanto tempo vivido, representa a organização da vida humana, transitória, mortal, finita e interior dentro do quadro permanente, duradouro e exterior da natureza. O homem vive a temporalidade, a reconhece e a compreende, mesmo quando não consegue explicá-la. O tempo é constituidor de sua experiência, o define e o deixa sem a opção de não estar nele.

A própria História não escapa dessa ação. Ela é a ciência que estuda, pensa, reflete o homem no tempo, no espaço, na sua realidade concreta de vida. Para Bloch (2002: 55), o tempo histórico é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. O tempo é um continuum, é mudança. O conhecimento histórico se distingue de outras ciências justamente pela temporalidade que lhe é própria.

Koselleck (2006) discorre acerca do tempo histórico, mediante a apresentação das diferenças entre passado e futuro, e sua noção contribui para a compreensão do conceito de consciência histórica assumida no âmbito desse artigo que pode ser definida em poucas palavras como o trabalho intelectual da mente humana de interpretar e orientar as experiências e intenções do agir no tempo.

O tempo histórico, segundo Koselleck, está ligado a conjuntos de ações sociais e políticos, a seres humanos concretos agentes e sofredores e as instituições e organizações que dependem desses seres, cada um em seu ritmo próprio de realização. Como forma de pensá-lo, busca entender como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e futuro foram postas em relação. Passado e futuro remetem-se um ao outro e essa relação é o que dá sentido a ideia de “temporalização”.

Koselleck (2006) reflete o tempo histórico através de duas categorias históricas: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Elas não estão atreladas as linguagens das fontes, tampouco se constituem como uma realidade histórica, entretanto, são categorias do conhecimento que fundamentam a possibilidade de uma História, pois, à História é sempre a história de experiências vividas e expectativas de homens que agem e a sofrem. Essas duas categorias indicam a condição humana universal sem o qual a História não seria possível nem imaginada.

A *experiência*, equivalente ao espaço, é o passado atual, onde os acontecimentos foram incorporados e podem ser rememorados. Cada experiência está imbuída de uma série de outras experiências. A *expectativa*, equivalente ao tempo, é o futuro atualizado no presente, voltado para aquilo que não é ainda, ao que não pertence ainda ao campo da experiência. Esperança, medo, desejo, vontade, inquietação, análise racional, a visão receptiva e curiosidade constituem a expectativa. Como forma de explicitar essas diferenças, Koselleck apresenta o seguinte exemplo:

> [...] a experiência da execução de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luís XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao seu rei não encontrou eco. Mas, entre a Revolução Inglesa passada e a Revolução Francesa futura foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia (KOSELLECK, 2006: 309).

Desse modo, a História concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas. Koselleck assevera que essas duas categorias entrelaçam o passado e o futuro e constituem a temporalidade do homem. É possível notar a diferença entre *experiência* e *expectativa* no mundo moderno. Conceber a modernidade como um tempo novo, só é possível a partir do momento em que há um rompimento entre as expectativas e experiências feitas até então.

No mundo camponês (na Europa), a título de exemplo, a vida cotidiana era vivida em consonância com os ciclos da natureza. A colheita dependia do sol, do vento, do clima e as habilidades necessárias eram apreendidas e transmitidas de uma geração para outra, sendo que as inovações técnicas que se impunham não abalavam rupturas da vida dos camponeses. Em outros termos, as pessoas se adaptavam as experiências anteriores sem que ela se modificasse. Algo semelhante pode-se dizer acerca do mundo urbano do artesão, cujas regras corporativas, embora restritivas, existiam justamente para que tudo continuasse igual. (KOSELLECK, 2006).

Com essa imagem, mesmo simplificada, Koselleck demonstra que as expectativas que eram ou que poderiam ser alimentadas de forma integral sustentavam-se pelas experiências dos antepassados que assim passavam ser dos descendentes. A mudança era tão lenta que a ruptura entre experiência adquirida e uma expectativa ainda por ser descoberta não abalava o mundo tradicional.

Reis (2009: 86) pautado em Koselleck (2006) destaca que cada época mantém relações diferentes com seu passado e seu futuro e cada presente constrói ritmos históricos diferentes, mesmo se um deles predomina. Entretanto, as categorias *experiência* e *expectativa* permitem o conhecimento dos múltiplos tempos existentes e aparecem em conceitos como “revolução”, “progresso”, “desenvolvimento”, “história”, dentre outros. Não se pode falar de um tempo histórico homogêneo, pois as sociedades são heterogêneas; não se pode falar de um tempo histórico linear, pois as sociedades se relacionam diferentemente, em cada época, ao seu próprio passado e ao seu futuro. (REIS, 2009).

Nessa multiplicidade dos tempos estão englobados aspectos econômicos, políticos e sociais. Nesse entremeio encontram-se diversas histórias e múltiplas memórias que são

construídas nas relações entre homens e mulheres que seguem formando suas identidades, narrando suas experiências cotidianas de lutas, dominações, transgressões e sobrevivência. Assim, antes de ser um tempo concebido ou histórico – pensado a partir de operações que o retiram da "ordem natural" – o tempo é, pois, vivido e refletido pelos homens no seu cotidiano (SIMAN, 2003: 115).

As proposições de Koselleck (2006), Reis (2009) e Siman (2003) apontam que o homem em sua vivência, nas diversas sociedades, não escapa da ação que o tempo lhe impõe. O presente, a cada instante vivenciado se torna passado e o mesmo ocorrerá com o futuro que ainda não o é. A cada novo segundo, o presente – *espaço de experiência* – se transforma e um novo tempo – *horizonte de expectativa* – é reinaugurado.

As duas categorias apresentadas por Koselleck são elementos fundamentais para se entender a memória histórica como parte constitutiva da consciência histórica, pois conforme Rüsen (2001a) ela é moldada por uma divergência entre *experiência* e *expectativa* do tempo sobre os seres humanos onde a temporalidade é encontrada. É dentro desse campo que o homem experimenta o mundo e a liberdade. Sua consciência histórica pertence a realizações elementares culturais da vida sob o qual ele organiza de forma equilibrada o tempo interno e externo[2] e interage de maneira orientada com o futuro.

Essas primeiras impressões levam-nos a pensar, desde já, que a consciência histórica não é única, uma vez que as sociedades não são homogêneas, as pessoas não são idênticas, logo, suas ações individuais ou coletivas, influenciadas pelas ações do tempo, possuem suas próprias particularidades e especificidades.

A experiência concreta da temporalidade vivida pelos homens é permeada por mudanças e perturbações da contingência, isto é, por ameaças constantes do imprevisto, do acaso, ocorrências inesperadas, senso de ruptura, catástrofes, expectativas frustradas, dentre outras que subvertem diretamente a ordem vida prática. É diante dessa realidade tão avassaladora que a sociedade se transforma rapidamente como "num piscar de olhos".

As preocupações mais intensas que assombram os indivíduos nesse meio são os temores de ser pego tirando um simples cochilo e não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, perder o momento que exige mudança e mudar de direção antes de tomar um caminho sem volta. Nessa sociedade, a constância e a aderência das coisas

[2] De acordo com Rüsen, a consciência histórica em sua função prática confere a realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar um ato intencional mediado pela memória histórica. A orientação temporal da vida tem dois aspectos, um interno e outro externo. O aspecto externo da orientação por via da Historia revela a *dimensão temporal da vida prática,* descobrindo a temporalidade das circunstâncias incluídas na atividade humana. O aspecto interno da orientação por via da História revela a *dimensão temporal da subjetividade humana,* outorgando autocompreensão e conhecimento das características temporais dentro das quais aqueles tomam a forma de identidade histórica, ou seja, uma consistência constitutiva das dimensões temporais da personalidade humana. Para mais, conferir Rüsen (2010: 58).

representam os perigos mais constantes e terminais, as fontes dos temores mais assustadores e o alvo dos ataques mais violentos. (BAUMAN, 2007: 8).

Portanto, mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade mediante o fluxo permanente da transformação através do presente, daquilo que "ainda não é" e do que "já foi". Isso é algo que foge ao controle humano. Tal demanda, exige do homem pensar, interpretar e atribuir sentido a essa corrente, ao seu mundo e a si mesmo para se orientar de maneira correta a fim de continuar vivendo. (CERRI, 2011: 28).

Segundo Rüsen, existe uma necessidade das pessoas em construírem uma ideia de ordem temporal que resista aos obstáculos da contingência em detrimento das atividades cotidianas e uma ordem equilibrada diante das mudanças. De acordo com o autor, a consciência histórica é um *fenômeno do mundo vital* e refere-se à mudança da experiência temporal da vida e do mundo, e pode ser entendida especificamente como: *[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo* (RUSEN, 2001: 57).

A base da argumentação de Rüsen assenta-se no pressuposto de que o homem deve agir intencionalmente no mundo para viver não o tomando como naturalizado, mas sim, construído historicamente. O homem precisa interpretar o mundo em que vive de acordo com suas intenções e objetivos de modo a transformar sua realidade, pois, o agir é um procedimento que está na base da manutenção da vida humana.

Na sociedade em constante movimento, o homem é instigado a buscar de maneira desenfreada a concretização de suas metas e objetivos. Para isso, se projeta para além de sua realidade, isto é, para além do que a experiência lhe mostra. Ocorre, um *superávit intencional* como propulsor de suas ações, resultado da experiência do agir e do sofrer humano no tempo que se processa baseado em dois modos de consciência do tempo: o tempo como experiência e o tempo como intenção. Esse processo também pode ser entendido de forma dialética, pois, ao passo que o homem sofre a ação do tempo e nele age, fica a mercê da perda e atribuição de sentido. Por este motivo, pode-se dizer que determinadas "carências estruturais" geram simultaneamente novas carências a serem interpretadas.

É importante destacar, mais uma vez, que a consciência histórica para Rüsen (2001a) não é um privilégio de indivíduos capazes de pensar a História, mas algo inerente a todo ser humano. Cerri (2011: 29) comenta que a base do pensamento histórico antes de ser cultural ou opcional, é natural, vai desde o nascimento até a velhice, sendo esses os parâmetros que permitem a percepção da noção do tempo e sua passagem.

Nas palavras de Rüsen,

> [...] a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca a própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, tem metas que vão além do que é o caso (RÜSEN, 2001: 78).

Heller, por sua vez, possui determinadas aproximações com Rüsen. Em sua concepção, a consciência histórica é composta por estágios em diferentes contextos da história da humanidade que representam múltiplas respostas a diversas situações e é onde reside o cerne da identidade de cada grupo (HELLER, 1993: 15; PACIEVITCH, 2006).

Para Heller (1993), tal como Rüsen, a consciência histórica é inerente a existência humana, sua experiência histórica é intrínseca a sua própria historicidade, presente no cotidiano mediante a necessidade da transformação e manutenção de identidades. O ser humano é um ser de questionamentos e respostas. Sua ação difere de outros seres, pois não procura superar apenas suas necessidades biológicas. Silva (2007: 16) salienta que o homem é um ser na consciência e constrói, nas suas relações com os outros homens, sua própria história e a história da humanidade, tenham disso consciência ou não, em qualquer tempo e espaço que ocuparem.

A historicidade, segundo Heller (1993: 13-14), pode ser entendidas através de três categorias: *Tempo, Espaço e Mortalidade*:

> Tempo*:* é a possibilidade de se narrar ou contar histórias acerca de outros povos ou grupos sociais situados “naquele tempo”. Isso é um privilégio do ser humano. “Aquele tempo” é o tempo humano.
> Espaço*:* é a possibilidade que somente o homem possui de situar-se em relação ao seu passado. Este é o espaço humano.
> Mortalidade: é a capacidade do homem de entender-se enquanto um ser mortal, de perceber a realidade a sua volta e refletir sobre ela, mesmo que de maneira involuntária. É isto que permite a percepção da noção do tempo e sua passagem.

A partir destas pontuações, Heller enfatiza:

> A historicidade não é apenas alguma coisa que acontece conosco, uma mera propensão, na qual nos “metemos” como quem veste uma roupa. Nós somos historicidade; somos tempo e espaço. As duas “formas de percepção” de Kant nada mais são do que a consciência de nosso Ser e esta consciência é nosso próprio Ser. As categorias a priori de Kant – quantidade, qualidade, relação e modalidade – são secundárias de um ponto de vista ontológico. Não constituem a essência de nosso Ser. Os seres humanos podem conceber tempo e espaço sem

> quantidade, qualidade, relação e modalidade (como o *tohu hohu*, o vazio, o vácuo universal), mas não podem pensar estas categorias fora do tempo e do espaço. Até mesmo o absurdo é temporal e espacial, porque nós somos tempo e espaço. (HELLER, 1993:14).

Tendo em vista a historicidade intrínseca de todo o ser humano, a questão identitária fundamental, sempre presente, que a expressa é a pergunta de Gauguin: "De onde viemos, o que somos e para onde vamos?" Nesse ponto, Heller define

> [...] A pergunta nunca muda, mas as respostas variam. A resposta à pergunta – "De onde viemos, o que somos e para onde vamos?" – será chamada "*consciência histórica*" e as múltiplas resposta a ela, diferentes em substância e estrutura, serão ditos *estágios da consciência histórica* (HELLER, 1993:15).

Quando Heller propõe os estágios da consciência histórica[3], ela não está se referindo a etapas em que a humanidade deva passar obrigatoriamente. O que a autora propõe é mostrar as possibilidades das diferentes interpretações do tempo, de escolhas e tomadas de decisões que ora se encontram mais reduzidas, ora mais estendidas. (PACIEVITCH, 2006).

Heller, assim como Rüsen, enfatiza que todo homem precisa agir, interpretar, estabelecer metas, expandir horizontes e significar o mundo em que vive. Essas experiências são vivenciadas, orientadas e modeladas pelo presente histórico. A tarefa consiste em situá-las, expressá-las, ou melhor, atribuir sentidos.

Segundo Heller (1993: 85), atribuir sentido é mover os diversos fenômenos, as experiências similares, para dentro do mundo e transformar o desconhecido em conhecido, o inexplicável em explicável, bem como, alterar o mundo mediante ações significativas de diferentes proveniências.

Entretanto, atribuir sentido não significa apenas se adaptar nas formas do universo, mas é conhecimento e gera também um autoconhecimento. Conforme Heller (1993:90) é através dos diversos procedimentos de atribuição de sentido que a pessoa atribui sentido a sua própria vida. Tais proposições remetem ao caráter da consciência histórica que na sua essência é significativa, orientadora e transformadora.

Nessa mesma direção Rüsen (2001a: 54) propõe que as operações mentais da consciência histórica na memória podem ser designadas como *constituição do sentido da*

[3] Heller elabora um exercício especulativo com base na história dos povos que nos antecederam procurando sistematizar o quanto sua consciência se difere dos modelos preponderantes na atualidade. A autora chama de "estágios da consciência histórica" essas diferenças nas formas de responder a questão "de onde viemos, quem somos e para onde vamos". Esses estágios são pensados em termos de generalidade (referência a parte dos humanos) e universalidade (referência a todos os seres humanos). Em suma, a autora divide as diferentes condições e características da consciência histórica no tempo em estágios. (CERRI, 2011: 85-86). Para uma análise mais detalhada ver: Silva (2007); Cerri (2011) e Bonete (2013).

experiência do tempo. Esse é um processo da consciência onde a relação dinâmica entre experiência e intenção se realiza no processo da vida humana. É preciso, no entanto, saber fazer a distinção entre esses dois modos de tempo. O termo *sentido* é uma operação mental, cuja finalidade é promover essa síntese.

O tempo é experimentado pelo homem como um obstáculo ao seu agir em todo momento, embora isso não o impeça de querer realizar seus intentos. A consciência histórica, estipuladora do equilíbrio nessa corda bamba, exerce uma função que transcende o passado, pois a capacidade ao recordar é desencadeada pelo impulso das experiências do tempo presente, ou seja, da inserção dos seres humanos na história e sua necessidade de orientação no decurso temporal. Nas palavras de Rüsen

> Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois ela é o local em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante das virulentas experiências do tempo. (RÜSEN, 2001a: 63).

A consciência histórica não pode ser entendida apenas como passado, tampouco como idêntica a memória ou a lembrança. Rüsen (2001a) afirma que não há como negar que toda memória histórica pauta-se pelo passado, porém seria um grande equívoco caracterizar a História e a consciência histórica como uma simples consciência do passado humano.

A lembrança é para a constituição da consciência histórica a relação determinante com a experiência do tempo, flui naturalmente no quadro da vida prática, porém, um simples resquício do passado na memória ainda não é fator constitutivo da consciência histórica.

De fato, só se pode falar em consciência histórica quando para interpretar as experiências do tempo, é necessário mobilizar a lembrança no processo dinâmico do movimento de uma narrativa, uma vez que ela rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente. Devido a essa relação com o presente é que a consciência histórica articula-se com as expectativas do futuro. (RÜSEN, 2001a).

A tensão entre as três dimensões temporais pode ser concebida como uma *representação da continuidade*. Por meio disso, segundo Rüsen, os seres humanos podem estipular um quadro interpretativo de suas experiências que os guiem na tomada de ação no presente. Essa estrutura única de pensamento (a narrativa) está presente em vários âmbitos da vida humana, seja em um rotineiro ato de fala ou até mesmo nos discursos mais formalizados como aqueles realizados nas universidades, em palestras, conferências, no tribunal, dentre outras.

Até esse momento discorreu-se a respeito de uma das funções essências da consciência histórica: promover a orientação no tempo. No entanto, outra importante função se refere à formação da identidade histórica. O processo da criação e manutenção da identidade, no âmbito da consciência histórica, ocorre pela inserção do sujeito em um tempo social e cultural. A título de exemplo, pode-se pensar no elo da ligação que define um determinado grupo social, seja ele, um símbolo, imagem ou qualquer outra forma de linguagem que torne possível dizer "nós e eles".

A identidade, segundo Heller pressupõe sempre a coletividade, de modo que o seu estabelecimento só é possível mediante a relação com o "outro". A autora traduz esse princípio na seguinte afirmativa:

> É imaginável que não estaremos aqui, quando outros serão e estarão, mas é inimaginável que não sejamos quando ninguém estiver. Não estar aqui só tem significado se outros estiverem. Estar em lugar nenhum só tem sentido se houver algum lugar, do mesmo modo que o não-Ser só é inteligível porque existe o Ser. "Naquele tempo havia um homem" significa que existe alguém que narra a saga dele e que haverá alguém que a contará depois. A historicidade de um único homem implica a historicidade de todo gênero humano. O plural é anterior ao singular: se somos, sou e se não somos, não sou (HELLER, 1993: 14-15).

Cerri (2011) comenta que produzir identidade coletiva, e no seu âmbito, uma consciência histórica específica, é algo essencial a qualquer grupo humano que almeja sua continuidade. Entretanto, Rüsen (2001a: 66) ressalta que a experiência da temporalidade, da contingência se apresenta como perda iminente da identidade. Cabe aos homens interpretarem essas mudanças mediante as *representações da continuidade*, instituidora da identidade, pois a narrativa histórica é uma possibilidade indispensável na medida em que ela permite realizar a síntese entre passado, presente e futuro em uma relação de continuidade. Pela narrativa, os homens contam suas vidas, inventam-se e instituem-se como pertencente ao mundo, procurando manter uma personalidade e dar continuidade a sua experiência.

Desse modo é instituída a identidade por meio da memória inserida como determinação de sentido no quadro da vida humana. É útil pontuar que,

> A consciência histórica não se caracteriza apenas pela lembrança e memória, mas sempre também pelo esquecimento: somente o jogo do lembrar e do esquecer fornece as referências temporais que o passado tem de assumir, a fim de produzir uma representação de continuidade instituidora de identidade (RÜSEN, 2001a: 84).

Assim, a experiência prática da vida humana no tempo estabelece a necessidade de um quadro interpretativo histórico, a fim de que os indivíduos possam cumprir seus objetivos e agir no tempo. Através da consciência histórica é possível uma apropriação dos elementos que permitem a devida orientação no tempo, na sociedade e no mundo contemporâneo.

Consciência histórica e narrativa: especificidades e manifestações

Conforme discutido anteriormente, a consciência histórica, segundo Rüsen e Heller, é uma forma específica de atribuição de sentido e orientação humana em diversas situações reais da vida prática na sociedade.

No entanto, para que seja possível operar a consciência histórica e conseguir dominar o tempo, o ser humano necessita de alguma maneira, recorrer a um mecanismo, a uma linguagem. (HASS, 2011). De acordo com Rüsen, é através da narrativa que a consciência histórica se manifesta. Em outros termos, a narrativa é a forma lingüística primordial pela qual a consciência histórica lança-se no tempo e organiza a experiência do vivido.

O conceito de *narrativa* tem sido alvo de constantes discussões e desafios no pensamento de historiadores e cientistas sociais há várias décadas. Todavia não existe aqui a pretensão de se entrar no debate epistemológico da narrativa, pois o próprio estudo desse conceito mostra que ele possui uma historicidade própria e que foi pensado e aplicado de diferentes maneiras por diversos historiadores.

Contudo, busca-se construir uma definição de narrativa com base nas proposições de Rüsen (2001a; 2001b; 2010) e Heller (1993), amparada nas contribuições de Chartier (1988; 1994), Carr (1991) e Ricoeur (1994).

A narrativa histórica, segundo Chartier (1988; 1994), é compreendida como um elemento central na representação do conhecimento histórico e corresponde a forma do discurso dos historiadores. O autor reconhece que de fato toda História, desde aquela menos narrativa até a mais estrutural, é sempre construída a partir de elementos que norteiam a produção das narrativas, e apresenta a seguinte reflexão:

> [...] toda a escrita propriamente histórica constrói-se, com efeito, a partir das fórmulas que são as do relato ou da encenação em forma de intriga. Existem várias formas de transição que remetem as (estruturas do conhecimento histórico para o trabalho de configuração narrativa) e que aparentam num e noutro discurso a concepção da causalidade, a caracterização dos sujeitos da ação, a construção da temporalidade (CHARTIER, 1988: 82).

Chartier, acerca das contribuições de Ricouer, pontua que a História é sempre um relato, ainda que sua pretensão seja desfazer-se da narrativa, pois o seu modo de compreensão permanece tributário das operações que asseguram a encenação no formato de intriga das ações representadas.

Nesse sentido, o pensamento de Ricouer é fundamental no que se refere ao esclarecimento da narrativa histórica. Ele reinsere a temporalidade na História e defende o caráter narrativo do conhecimento histórico, afirmando ser essa a forma que oferece inteligibilidade ao vivido no momento em que articula tempo e ordem lógica.

Ricouer (1994) sustenta a hipótese de que a única forma de abordagem do tempo é mediante a narrativa. Entre narrar uma História e a estrutura temporal da experiência humana, sugere existir uma relação necessária. A narração é uma forma indireta da abordagem do tempo, embora não diga que é nem o porquê, mas sim como ele se dá.

> Portanto, quer se trate da identidade estrutural entre a narrativa historiográfica e a narrativa ficcional, quer se trate da exigência de verdade entre esses dois modos narrativos, existe um núcleo comum que impera sobre ambos: a experiência temporal humana. Segundo Ricouer, o mundo apresentado por qualquer obra narrativa é sempre a de um mundo temporal, e afirma: "[...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal" (RICOUER, 1994: 15).

Nessa passagem, nota-se que a complexa relação existente entre tempo e narrativa pressupõe que o espaço do narrar é um espaço de compreensão na medida em que narrando histórias, o homem articula sua experiência no tempo, institui identidades e orienta suas ações diante da realidade cotidiana.

Para Barros (2011: 3-4) a consciência da narratividade (necessária) da História, reafirmada por Ricoeur, apresenta implicações importantes, sendo a mais relevante delas o retorno do vivido, da sensibilidade e da ação humana a uma historiografia que parecia se abstrair do homem. Barros sintetiza:

> A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os historiadores ligados aos Annales, não poderia, sustentará Ricoeur, excluir o vivido. O conhecimento histórico poderia apresentar um caráter lógico e estético, mas, ao mesmo tempo, na interação dialética entre o vivido e o lógico estaria o fundamento de uma História satisfatória e útil à vida. Privilegiar o Vivido contra o Lógico, ou vice-versa, conduziria em ambos os casos a formas insatisfatórias de História insatisfatória. Devolvida à própria Vida, da qual saíra, a História não poderia se afirmar como atividade puramente intelectual – tal como proporá Paul Veyne em suas reflexões sobre a "História Conceitual" (1974) – e deveria buscar "ensinar a viver". (BARROS, 2011: 4).

Ricouer, segundo Barros (2011), busca recuperar uma função que já não vinha mais sendo destacada pela historiografia do século XX: a *História Mestra da Vida*, porém não uma mestra para as grandes elites, estadistas ou políticos, mas sim para todo o ser humano em suas relações sociais cotidianas.

Se o conhecimento histórico e a narrativa, do ponto de vista de Ricouer têm por objetivo a orientação humana da qual não deve prescindir das relações com o *tempo* e com o *vivido*, então, é possível inferir, com base nas proposições de Heller e Rüsen, que a produção de narrativas não é um privilégio somente de historiadores ou especialistas. De acordo com Heller, todo ser humano possui um impulso em narrar suas próprias histórias, desde aquelas corriqueiras e banais, até as mais complexas, e induzem outros a contarem e repetirem as histórias que julgam ser importantes. Heller (1993: 67) destaca: [...] *Naquele tempo existiu um homem. Ele existiu e existe, pois narramos sua história. Existiu porque nós existimos. Num certo tempo existirá um homem, uma vez que plantamos oliveiras para ele e desejamos que usufrua do horto.*

As reflexões realizadas por Heller em torno da narrativa histórica têm como seu ponto de partida a vida cotidiana, perpassam o plano teórico e retornam para a vida cotidiana. Pacievitch (2006: 56) constata que esse é o motivo pela qual sua concepção de consciência histórica busca indícios na individualidade e coletividade da história da humanidade.

O passado remoto ou recente, próprio ou de outro, é sempre um conto, um relato, uma História. Por História, Heller (1993: 71) entende-a como uma unidade organizada de transformações que diz respeito ao mundo no qual o evento ocorreu, a qual informa de modo coerente, sobre como e por quais motivos aconteceu.

Para Heller (1993) à História exerce grande importância no cotidiano, principalmente quando ela é repetida inúmeras vezes. As histórias conduzem os seres humanos ao reavivamento e ao entendimento do que, como e porque algo aconteceu. Se os destinatários conhecem a respeito do seu contexto, então a História oferece uma mensagem de orientação ao presente. Ao contrário de constituírem uma mera descrição dos tempos passados, as histórias possuem sempre um caráter evocativo. Segundo a autora,

> Por expressarem a personalidade como uma globalidade, da mesma forma afeta outras personalidades. Trazem a tona, simultaneamente sentimentos, reflexões, ocasionalmente decisões. Criam suas próprias situações, ao transformar uma pessoa ou um grupo em *ouvintes,* que escutam a história contada pelo narrador. Entretanto, estes papéis são intercambiáveis: o ouvinte pode começar a contar uma história e o narrador passa a ser ouvinte. Tampouco o ouvinte limita-se a ouvir: ele ou ela interrompe o orador, levanta questões, pede maiores explicações e detalhes, as vezes leva o narrador a lembrar-se de algo que, se não fosse isto,

> haveria esquecido. O ouvinte torna-se um participante, com sua personalidade acabando por compor a história do outro. Se alguém ouvir a história inúmeras vezes, pode dar-se uma completa identificação com seu protagonista, de tal sorte que mais tarde contará a mesma história como se tivesse ocorrido consigo próprio. Não se trata de desonestidade, mas o resultado de uma interação contínua entre narrador e ouvinte – uma interação comprovada pelo próprio processo de identificação (HELLER, 1993: 77).

Esse argumento de Heller pressupõe a existência de várias vozes que se relacionam com os destinatários das narrativas contadas. Qualquer discurso narrativo é composto pela voz de um narrador e um ouvinte e esses papéis são intercambiáveis, ambos interferem no texto. Desse modo, é possível inferir que as tomadas de decisões de cunho ético e moral, ações individuais ou coletivas e a formação de identidades estão diretamente ligadas ao modo como as pessoas organizam suas narrativas históricas. (PACIEVITCH 2006: 57).

De maneira análoga, Rüsen (2001a), propõe uma matriz disciplinar[4] para a Ciência da História e busca os fundamentos da narrativa histórica também na vida cotidiana. O autor parte do pressuposto de que o pensamento histórico, em todas as suas formas, é condicionado pelo jogo interpretativo entre o homem e o mundo por intermédio da narrativa de histórias.

Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo universal e antropológica. Rüsen argumenta:

> A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de "história" pode ser caracterizada, categorialmente, como narrativa. A "história", como passado tornado presente assume por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, a lógica narrativa (RÜSEN, 2001a: 149).

É importante considerar que a narrativa histórica não é o único meio de orientação das ações no tempo. Pereira (2007: 72) comenta que embora se considere o elemento ficcional presente em toda narrativa e se possa falar também em romances históricos, o sentido que a narrativa histórica produz é diferente daquele produzido por outras formas narrativas justamente por se referir ao passado representando-o e interpretando-o.

[4] A matriz disciplinar proposta por Rüsen é composta por cinco fatores que obedecem a um princípio elementar recursivo: "partida" e "chegada" na vida prática. É útil descrever os fatores: (1) *Interesses*: são as carências de orientação da vida prática do homem, decorrente de suas experiências e contingências na evolução temporal; (2) *Ideias:* são as diretrizes de interpretação do passado, se baseiam na memória e assumem a forma de teorias e perspectivas; (3) *Métodos:* as regras com as quais o passado empírico é tornado presente e inserido nas diretrizes de interpretação, mediante o que estas se concretizam e se modificam; (4) *Formas de apresentação:* correspondem as formas de apresentação e representação da experiência do passado incorporada à diretriz de interpretação; (5) *Funções de orientação:* correspondem as funções de orientação cultural mediante a experiência interpretada e representada na forma de uma direção temporal do agir humano e na forma de concepções de identidade histórica. Ver: Rüsen (2001a: 29-35).

Infere-se, pois, que a narrativa histórica ocupa-se necessariamente daquilo que aconteceu no passado ou que se julga ter acontecido. De acordo com Rüsen (2001a: 155) *[...] Ao torna-se presente, o passado adquire o estatuto de "história". Retomando a famosa expressão de Johann Gustav Droysen, pode-se dizer que a narrativa "faz" dos feitos do passado, a história para o presente.*

Quando ocorre a transformação da História para o presente, o passado é dotado de uma qualidade específica: é interpretado como passado. Isso é valido para todas as formas especificamente históricas de elaborações narrativas.

Heller (1993) afirmou que à História tem por função orientar e levar o ser humano ao entendimento das diversas situações do cotidiano. Para Rüsen (2001a: 74) a História é algo mais, ela é o passado sobre o qual os homens devem voltar seus olhos a fim de seguir adiante em seus objetivos e ampliar, nos termos de Koselleck (2006), o seu *horizonte de expectativa*. Ela deve ser concebida como um conjunto ordenado de ações humanas onde o tempo como experiência passada e intenção quanto ao futuro sejam unificadas no tempo presente.

Carr (1991) possui um ponto de vista convergente ao de Heller e Rüsen quando afirma ser a narrativa uma atividade vinculada diretamente à vida prática cotidiana, sendo que o seu resultado é a necessidade humana de lidar com a experiência da temporalidade. Para o autor, a realidade não é uma simples sequencia desordenada esperando para ser organizada em forma de narrativa. Qualquer ação, por menor e mais passiva que seja, é precedida de uma relação entre rememoração e antecipação, conferindo assim, uma unidade a experiência temporal. (CARR, 1991).

Segundo Carr (1991), ao organizar a vida de forma estrutural, em uma sequencia repleta de sentido, porque é produto de uma perspectiva e de uma expectativa, o ser humano abre as portas para o passado e o futuro em um instante imediato que é identificado como presente. Assim, quando um indivíduo conta algo a respeito de sua própria vida ou a um passado geral, ele está atribuindo sentido aos efeitos da realidade mediante a organização da experiência temporal.

Tal como Heller (1993) explicitou a necessidade relativamente comum do ser humano em contar suas histórias de vida, Carr (1991) é enfático ao dizer que o homem torna-se senhor de suas próprias atitudes e lhe é conferido o estatuto de agente e partícipe de sua própria vida.

Nota-se, dessa forma, que os autores até aqui destacados – Heller (1993), Rüsen (2001a; 2010) e Carr (1991) – possuem no cerne de suas concepções um núcleo em comum conforme aquele postulado por Ricouer (1994): a *experiência temporal humana*.

Para esses autores, a História, expressa através de narrativas, nasce no cotidiano, na experiência concreta de vida, confere sentido, estabelece identidades, organiza e orienta as ações humanas no tempo e no espaço.

É válido destacar que existem inúmeras formas de expressão da história, ela não é apenas verbalizada. Para Rüsen (2001b), o mundo da cultura, principalmente do cotidiano, é permeado de indicativos lingüísticos que simbolizam ou a representam de alguma maneira. Nessa direção, o autor aponta para as abreviações narrativas – *ultra-shorts stories* – que condensam, em uma única palavra ou imagem, histórias, como por exemplo: "Bismarck" e a fundação do Império Alemão, "Bastilha" e a Revolução Francesa, "Auschwitz" e o Holocausto, e também símbolos como o crucifixo e a História do Cristianismo ou a Suástica e o Nazismo. Esses elementos são importantes indicadores da função da consciência histórica na vida prática, pois mostram memórias históricas que não precisam ser necessariamente histórias detalhadas para serem compreendidas. (RÜSEN, 2001b).

Nessa perspectiva, entende-se que a narrativa histórica pode ser operada por qualquer ser humano, sendo sua função organizar a vida aos moldes de uma estrutura temporal e é fundamental na representação do conhecimento histórico.

Com base nas proposições de Rüsen (2001a) é conveniente explicitar as especificidades da narrativa histórica e os fatores que participam decisivamente na constituição da consciência histórica.

Já destacamos que a forma lingüística de expressão da consciência histórica na qual ela realiza sua função de orientação no tempo é a narrativa. Conforme Rüsen

> A consciência histórica mistura "ser" e "dever" em uma narração significativa que refere acontecimentos passados com o objetivo de fazer inteligível o presente, e conferir uma perspectiva futura a essa atividade atual. Desta forma, a consciência histórica traz uma contribuição essencial a consciência ética moral (RÜSEN, 2010: 57).

Nesse processo narrativo da consciência histórica alguns elementos são essenciais e permitem visualizar as distinções entre narrativa histórica e as inúmeras formas de interpretações do tempo que se utilizam da narrativa como instrumento. A distinção entre a narrativa ficcional e não-ficcional é originária de uma tríplice especificação da narrativa na vida humana, determinante do que se pode chamar de constitutiva da consciência histórica. (RÜSEN, 2001a).

Primeiramente, a narrativa constitui a consciência histórica por recorrer ao ato da rememoração. A lembrança é fundamental para a interpretação da experiência do tempo e

compõe a base da distinção entre a narrativa historiográfica e a ficcional ou literária. Porém, a consciência histórica não se constitui apenas na recuperação do passado através da lembrança, sendo essa relação ainda insuficiente. Para tanto, é necessário uma relação expressa entre presente e passado. (RÜSEN, 2001a: 62-63).

A segunda especificidade da narrativa como constitutiva da consciência histórica refere-se às mudanças temporais do passado, rememoradas no presente, na forma de processos contínuos, na qual a experiência do tempo presente abre perspectivas para o futuro. A narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente, articulada diretamente com as expectativas do futuro. Dessa forma, passado, presente, futuro ganham sentido e esta relação é designada como um processo contínuo. (RÜSEN, 2001a: 64).

A terceira especificidade da narrativa histórica como constitutiva da consciência histórica é fundamental, pois é ela quem dá consistência interna as três dimensões temporais: trata-se da *identidade,* já mencionada anteriormente, dos sujeitos que fazem uso das narrativas para se garantirem seguros no fluxo do tempo (RÜSEN, 2001a: 66).

Considerações finais

Todo o processo até aqui abordado constitui a base da formação da consciência histórica e da transformação dos feitos em História. As elaborações de Rüsen e Heller sugerem que a consciência histórica, através de sua síntese narrativa, possibilita o ser humano interpretar e atribuir sentido a sua vida diante das mudanças temporais vividas em sociedade.

Com base no quadro conceitual desenhado ao longo desse artigo, chega-se à compreensão de que a consciência histórica é um fenômeno do mundo vital, é uma condição antropológica e universal, é algo inerente a todo ser humano. Consciência histórica é, pois, uma operação mental que articula passado, presente e futuro na compreensão das experiências vividas pelos homens e que as interpreta com a finalidade de orientar as expectativas em relação ao futuro. Em suma, é um pressuposto que orienta as ações humanas no tempo, no espaço, na sociedade, nas circunstâncias cotidianas de vida.

Por fim, conclui-se, com base na afirmação de Hass (2011: 31), que ter consciência da historicidade é, sobretudo, ter consciência da mudança, pois a consciência histórica se constitui na e pela narrativa. Desse modo, temporalidade e narrativa sustentam uma relação intensa e complexa entre si, uma vez que a narrativa humaniza o tempo e o tempo concede à narrativa as condições de inteligibilidade.

Referências bibliográficas

ALVES, Ronaldo Cardoso. *Representações sociais e construção da consciência histórica.* (Dissertação de mestrado em Educação) USP, São Paulo 2006.

ARON, Raymond. *Dimensiones de la conciencia histórica.* México, DF: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

BARROS, José D'Assunção. Paul Ricoeur e a Narrativa histórica. *História, imagem e narrativas***.** Rio de Janeiro, n.12, p. 1-26, abr, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

BONETE, Wilian Junior. *Ensino de História, consciência histórica e a Educação de Jovens e Adultos.* (Dissertação de mestrado em História). UEL, Londrina, 2013.

CARR, David. *Time, Narrative and History.* Bloomington; Indianapolis: Indiana, 1991.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Diefel, 1988.

_____. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 13, v.7, p. 97-113. 1994.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.) *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p.17-25

HASS, Gláucia Marília. *Consciência histórica e narrativa: um estudo sobre a orientação em estudantes da educação básica.* (Dissertação de mestrado em Educação). UEPG, Ponta Grossa, 2011.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JUNG; STAEHR. Didáctica de la história y enseñanza de la historia em la Alemania unificada. *Revista Conciencia social.* Madrid, n.2, pp. 133-148, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RIO, 2006.

LAVILLE, Christian. Além do Conhecimento produzido e disseminado: Consciência histórica e Educação histórica. In: *Anais do IX Encontro Regional da ANPUH***.** Belo Horizonte, MG. 2002.

MURINELLI, Glaucia Ruivo. *Narrativas de futuros professores de história sobre os afrobrasileiros no contexto do pós-abolição: um estudo em meio a lei federal 10.639/03. (*Mestrado em História) UEL, Londrina, 2012.

PACIEVITCH, Caroline. *Consciência Histórica e Identidade de Professores de História***.** Ponta Grossa, 2007. (Dissertação de mestrado em Educação), UEPG, Ponta Grossa 2007.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Que Objetividade para a História? O Índio brasileiro e a Revolução Francesa a luz da teoria da história de Rüsen e Hayden White.* (Dissertação de mestrado em História), UNB, Brasília, 2007.

REIS, José Carlos. *História: A ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1994. (Tomo I).

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org**.**)**.** *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.

_____. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.* Brasília: Editora da UnB, 2001a.

_____. What is historical consciousness? – A theoretical approach to empirical evidence. In: *Canadian Historical Consciousness in an International Context: Theoretical Frameworks,* 2001b. Vancouver: University of British Columbia.

SILVA, Sérgio Rodrigues. *Aprender a História, Aprender com a História***.** (Dissertação de Mestrado em Educação), UNISO, Sorocaba, 2007.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: desafio para o ensino e aprendizagem. In: ROSSI, L. S.; ZAMBONI, E. *Quanto tempo o tempo tem.* Campinas: Alínea Editora, 2003. p. 109-143.

Recebido em: 03/10/2013
Aprovado em: 02/12/2013